



Presidente explica à Nação por que vai vetar o aumento do mínimo e sancionar a anistia para Lucena

FH faz crítica à 'fracassomania'

Reprodução da TV

BRASÍLIA — Alvo solitário de críticas provocadas por decisões impopulares impostas pelo Congresso Nacional, o presidente Fernando Henrique Cardoso reagiu ontem com um pronunciamento firme, onde explicitou para a Nação as dificuldades de relacionamento com os partidos, os motivos que o obrigaram a vetar o aumento do salário-mínimo e, a contragosto, sancionar a anistia do senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Disse que precisa dos partidos para aprovar as reformas constitucionais, mas deixou claro que não conseguiria isso se entrasse em guerra com o Parlamento. Cansado das queixas de que seu Governo está parado, Fernando Henrique criticou os pessimistas profissionais que pregam o que chamou de "fracassomania" e avisou que não tomará medidas pirotécnicas e irresponsáveis. Ao país, anunciou que não abrirá mão de inaugurar novas práticas de governar:

— Isso leva tempo? Leva. Mas nem o presidente nem os ministros são acrobatas de circo para fazer piruetas, receber aplausos e desaparecer nos bastidores — disse Fernando Henrique.

Dentro desta nova prática, disse que governará com o apoio dos partidos que formam sua base parlamentar, mas não estabelecerá canal algum para a prática do toma lá, dá cá. Como exemplo, lembrou que o Ministério das Comunicações fará licitações ou leilões de canais de rádio e TV, em vez de usar a prerrogativa do presidente de outorgá-los para obter apoio político.

Justificando para a opinião pública que o veto ao aumento do mínimo não poderia ser condicionado ao aumento dos salários dos ministros, deputados e do presidente, Fernando Henrique anunciou que enquanto não for possível pagar pelo menos R\$ 100,00 de salário-mínimo, os ministros, o presidente e o vice



Fernando Henrique durante pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV: dificuldade de relacionamento com os partidos e justificativas para o veto ao mínimo

abrirão mão da nova gratificação de função, que equivale a cerca de 25% dos vencimentos.

— Eu ponderei que o aumento dos parlamentares, dos ministros e do presidente deveria ser moderado. Apelo agora, aos líderes dos partidos do Governo e da oposição que revejam pelo menos a decisão que acabou dando o equivalente a 15 salários aos parlamentares — pediu o presidente.

Ele fez um balanço das conquistas de seu Governo, como a

queda da inflação, a redução do preço da cesta básica, a aprovação da Lei de Concessões, a taxa de crescimento — que chega a 5% — e o constante fluxo de investimentos externos no Brasil. Em seguida reclamou dos pessimistas:

— Infelizmente há os pessimistas profissionais, que continuam pregando a fracassomania. Como não podem desmentir o sucesso do combate à inflação, voltam-se para outros temas —

disse Fernando Henrique, referindo-se às previsões de que a crise mexicana terá reflexos ruins para o Brasil.

O presidente explicou que entraria em guerra com o Congresso caso vetasse a anistia para o senador Humberto Lucena e isso inviabilizaria a aprovação das reformas que o país precisa.

— Para mim é tão importante que o Governo e Congresso trabalhem afinados, que eu tomei uma decisão difícil. Eu re-

solvi assinar o projeto da anistia — disse.

Por fim pediu ao Congresso que aprove as reformas:

— O Governo não deixará de assumir suas responsabilidades, propondo as emendas à Constituição, discutindo-as com o país e articulando-se com lideranças partidárias. Mas caberá a deputados e senadores a palavra final. Eu confio no patriotismo dos representantes do povo. Vamos colocar o Brasil em primeiro lugar.

FH abre mão de 25% de seu salário

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso determinou ontem um corte de 25% no seu salário, nos vencimentos do vice-presidente, Marco Maciel, e dos ministros de Estado. A medida vai vigorar até que o Governo possa reajustar o salário-mínimo para R\$ 100,00. A redução, segundo o presidente, tem um sentido moral, para mostrar que o Executivo está empenhado em reajustar o mínimo. Os ministros, segundo o presidente, aceitaram abrir mão da gratificação de função.

O salário do presidente cai de 121 para 91 salários-mínimos. Fernando Henrique, que ganhou em janeiro R\$ 8.500, vai receber a partir de fevereiro R\$ 6.375. Marco Maciel recebia até o mês passado R\$ 8.000 e, a partir deste mês, vai receber R\$ 6.000, o mesmo valor dos vencimentos dos ministros de Estado. Os reajustes dos salários da cúpula do Executivo foram aprovados pelo Congresso, através de decreto legislativo, no mês passado.

Na Esplanada dos Ministérios, ninguém sabia explicar ontem de que forma os salários serão reduzidos. O Ministério da Administração e Reforma do Estado, que paga os servidores, informou que a diminuição dos salários não está prevista em lei.

A Constituição determina que o Congresso fixe os salários do Executivo, que não pode reduzir os rendimentos. Uma das sugestões em estudo ontem à noite era a doação da parcela que será reduzida para a campanha da fome. A soma dos descontos nos salários do presidente, vice, ministros e secretários corresponde a R\$ 56 mil mensais, o suficiente para comprar cestas básicas para 550 famílias.

“O Governo não estabelecerá nenhum balcão nem canal algum para a prática do toma-lá-dá-cá”

“Eu ponderei que o aumento de salário dos parlamentares, dos ministros e do presidente deveria ser moderado”

“Se eu vetasse o projeto de anistia (para Lucena), corria o risco de criar um grave conflito entre poderes”

“Quando os Poderes brigam, quem perde é o Brasil. Eu quero que os Poderes trabalhem em harmonia”